

## ARTIGOS

Jose Alejandro Sebastian

Barrios Díaz<sup>1</sup>

### Brasil – Moçambique: Relações Bilaterais entre 1975 e 2015

Brazil – Mozambique: Bilateral Relations  
Between 1975 and 2015



#### RESUMO:

Este artigo explora documentos desclassificados para entender as origens, tensões iniciais e o desenvolvimento das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique. O objetivo do artigo é analisar, em perspectiva histórica, a política das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique, de 1975 a 2015, compreender os elementos de aproximação e distanciamento e identificar e caracterizar subperíodos que sustentem a análise vis-à-vis a evolução cronológica dos fatos. A hipótese sugere que houve engajamento da diplomacia brasileira no sentido de estabelecer e consolidar as relações com o país africano. Sua importância para o Brasil não reside apenas na posição estratégica no oceano Índico ou pela posição chave subsistema da África Austral. Este tornou-se o principal destino da cooperação técnica do governo federal. O tratamento analítico obedece a uma periodização que enquadra o relacionamento bilateral Brasil-Moçambique em três subperíodos ao longo de quatro décadas e está fundamentado em pesquisa documental no Arquivo Histórico do Itamaraty.


**Palavras-chave:** Moçambique; Política Externa Brasileira; História; Cooperação Internacional

#### ABSTRACT:

This article draws on declassified documents to account for the origins, initial tensions and the development of bilateral relations between Brazil and Mozambique, focusing on the political dimension of the agenda from 1975 to 2015. The goal is to analyze, from a historical perspective, the politics of bilateral relations between Brazil and Mozambique, from 1975 to 2015, understand the elements of rapprochement and distancing and identify and characterize sub-periods that support the analysis vis-à-vis the chronological evolution of the facts. The hypothesis suggests that the recognition of Mozambique's independence in 1975 was a milestone in Brazilian foreign policy. In fact, there was an effort by Brazilian diplomacy to establish and consolidate its relations with the African country. Its importance for Brazil resides not only in its strategic position in the Indian Ocean or its key position in the southern African subsystem. The analysis follows a periodization that frames the Brazil-Mozambique bilateral relationship in three periods over four decades and is based on research in the Historical Archive of Itamaraty.

**Keywords:** Mozambique; Brazilian Foreign Policy; History; International Cooperation

<sup>1</sup> Doutor em Relações Internacionais, Pesquisador na área da política internacional com ênfase na cooperação para o desenvolvimento, cooperação Sul-Sul e política exterior do Brasil.

ale.ri.barrios@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0001-8386-3642>

## INTRODUÇÃO

As relações entre Brasil e Moçambique abrigam-se em longa história que remonta aos tempos coloniais e ao tráfico de pessoas escravizadas. Para enfrentar o tema, é necessário reconhecer que a diplomacia brasileira, ao enfatizar vínculos históricos na manutenção das relações bilaterais com Moçambique, reativa conexões com o passado colonial/imperial. Nesse sentido

As relações permaneceram esporádicas até finais de 1700, data a partir da qual o tráfico negreiro passou a se processar com caráter sistemático até meados do século XIX. Os laços comerciais e políticos que, desde o século XVI, mantiveram em contato os territórios do Brasil e de Moçambique, foram, sem dúvida, consequência do domínio colonial de Portugal sobre as costas sul-americanas e sul-africanas (ROCHA, 1991, p.269).

Cabe referir que a independência de Moçambique ocorreu a 25 de junho de 1975 e as relações bilaterais foram estabelecidas a 15 de novembro. Com efeito, o Brasil foi o 39º país a reconhecer a independência do país do Índico (WOLOSKI, 1997, p.6). Curioso é o fato que a troca de notas entre o chanceler Azeredo da Silveira e o Ministro dos Negócios Estrangeiro, Joaquim Chissano, em 14 de novembro de 1975, não reconhecia a independência, limitando-se a informar que "foram estabelecidas relações diplo-

máticas a nível de Embaixada" (Brasil, 1975a). A rigor, o reconhecimento da independência é ato unilateral cuja formalização depende exclusivamente do país que a reconhece.

Convém considerar, para entender as tensões que fundaram o relacionamento, que as conexões históricas do Brasil com as colônias portuguesas em África eram atravessadas pela relação com Lisboa. O Tratado de Amizade e Consulta<sup>1</sup>, estabelecido entre Brasil e Portugal em 1953 determinou o distanciamento do Brasil da luta de libertação nacional em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique. O produto dessa relação foi uma política externa brasileira orientada para a defesa do império colonial português. Não houve, por parte do Brasil, apoio à independência moçambicana e isso produziu um ressentimento que, posteriormente, iria minar o relacionamento bilateral durante os primeiros anos.

A aliança do Brasil com Portugal foi problemática porque, de fato, o Estado Novo português (1933-1974) operava na região da África Austral em aliança com governos racistas da Rodésia (atual Zimbábue) e África do Sul durante o *apartheid*. O objetivo era preservar o projeto político contrário aos movimentos anticoloniais desde 1955. Os três países estabeleceram, em 1970, o Exercício Alcora, uma atividade militar projetada para conter ameaças independentistas em seus territórios no Sul de África. De acordo com Menes-

es *et al* (2017, p.397), Portugal, África do Sul e Rodésia formaram "uma aliança branca pouco conhecida, mas crucial no subcontinente, codinome 'Exercício Alcora', que visava perpetuar os regimes minoritários na região"<sup>2</sup>.

Vale ainda recordar que nos anos 1950 o Brasil não era favorável aos acordos de livre comércio entre o Mercado Comum Europeu e as colônias africanas. Para Saraiva (1997, p.37) a percepção era de competição econômica pelas exportações de café, cacau e algodão ao mercado europeu. Nessa perspectiva, países africanos se beneficiavam de tarifas preferenciais ao passo que o Brasil, não. Em 1960, o Brasil mantinha relações diplomáticas com apenas quatro países africanos: Etiópia, Libéria, Egito e União Sul-Africana.

O objetivo do artigo é analisar, em perspectiva histórica, a política das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique, de 1975 a 2015, compreender os instrumentos de aproximação e identificar e caracterizar subperíodos que sustentem a análise *vis-à-vis* a evolução cronológica dos fatos. As perguntas de pesquisa são: de que modo ocorreu o estabelecimento das relações com Moçambique? Que temas constituíram a agenda bilateral? Como o Brasil organizou e geriu essa agenda? Como o relacionamento se manteve ao longo das quatro décadas?

A hipótese de trabalho sugere que o reconhecimento da independência de

Moçambique em 1975 foi um marco na política externa brasileira. A leitura do conjunto documental de telegramas da Embaixada do Brasil em Maputo evidencia a centralidade atribuída ao uso de cooperação técnica como ferramenta de política externa e aproximação. De fato, houve esforço da diplomacia brasileira no sentido de estabelecer e consolidar as relações com Moçambique. Por outro lado, a importância de Moçambique para o Brasil não reside apenas em sua posição estratégica no oceano Índico ou pela posição chave subsistema da África Austral. Em 1975 a relevância de Moçambique foi considerada em parte individualmente, pela possibilidade de o Brasil assumir papel privilegiado como parceiro do país recém independente. Em perspectiva mais abrangente, considerando o processo de universalização das relações internacionais do Brasil, a consideração geopolítica de que todas as ex-colônias portuguesas em África seriam uma área de influência natural do Brasil e de conexão com outros países africanos.

O tratamento analítico obedece a uma periodização que enquadra o relacionamento bilateral Brasil-Moçambique em três subperíodos ao longo de quatro décadas, sendo essa uma das contribuições do trabalho. O primeiro período, entre 1975-1986, representa mudança na posição brasileira em relação ao continente africano, marcado por esforço para aproximação com Maputo. No

segundo, entre 1987-2002, a despeito do cenário de crise interna em ambos, buscou-se a continuar a agenda bilateral, com destaque para a participação do Brasil na ONUMOZ e o início dos estudos para um acordo de perdão da dívida externa. O terceiro, entre 2003-2015, correspondeu ao período de engajamento promovido pela diplomacia do Partido dos Trabalhadores.

O desenho da pesquisa recorre a três métodos qualitativos. A parte mais densa foi (i) a realização de investigação em arquivos históricos oficiais, com fontes primárias, para entender os processos decisórios e os pormenores da agenda bilateral no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores em Brasília (AHI); (ii) a construção de uma narrativa para articular as informações dos documentos com sentido de crítica; e (iii) a realização de pesquisa bibliográfica na literatura especializada para superar os limites das fontes oficiais. Sobre o uso das fontes primárias, especialmente a documentação desclassificada do Arquivo Histórico do Itamaraty, é importante reforçar que se tratou de pesquisa presencial, de modo que não é possível informar o link para cada documento. São, em sua maioria, comunicações oficiais entre a Embaixada do Brasil em Maputo e o Ministério das Relações Exteriores em Brasília.

A discussão proposta se realiza por meio de três seções. A primeira entra no tema analisando o período entre 1975-1986. A segunda seção aborda

a manutenção das relações bilaterais no período 1987-2002 e, a terceira, versa sobre as relações bilaterais no período 2003-2015.

## COOPERAR DE ACORDO COM AS NECESSIDADES: RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE 1975-1986

Esta seção cobre as relações bilaterais de 1975 a 1986 e cumpre função de analisar o processo de aproximação que projetou a agenda bilateral. O reconhecimento da independência de Moçambique foi chave para a política externa do Pragmatismo Responsável, que operou entre 1974 e 1979 e para a consolidação de uma dimensão africana da política exterior do Brasil. Com as mudanças de orientação implementadas no governo Geisel, como o reconhecimento da República Popular da China, da Palestina e das independências de Angola e Moçambique, o governo assume posicionamento completamente novo em termos de política exterior (BARRIOS DÍAZ, 2016). Cumpre ainda registrar que o Pragmatismo Responsável, iniciativa diplomática voltada ao estabelecimento de relações bilaterais com países que figuravam como lacunas, tinha o objetivo de "estar presente onde estivera ausente" (BRASIL, 1975b, p.67). O mundo afro-asiático era a maior expressão dessa urgência.

O primeiro mecanismo estabelecido para reconhecer a independência de Moçambique foi proposto em 1974 pelo ministro Antônio Francisco Azeredo da Silveira. O chanceler brasileiro alvitrou a criação de representação especial do Brasil no país africano antes da independência, no sentido de estabelecer diálogo com o movimento de libertação nacional, com vistas a preparar terreno e instituir o relacionamento bilateral (MELO, 2009; DÁVILLA, 2012). Em 1975, após o reconhecimento da independência de Moçambique, a Delegação Brasileira nas Nações Unidas (ONU) informou que o governo de Maputo negou o pedido de representação especial.

Antes de 1975, o cônsul Octávio Luiz de Berenguer Cesar era responsável pelo Consulado-Geral do Brasil em Lourenço Marques. O primeiro embaixador brasileiro acreditado em Moçambique foi Ronald Small Leslie Moraes em 1976, seguido de Ítalo Zappa, entre 1977 e 1981, e de Marcel Dezon Costa Hasslocher, de 1981 a 1985. Nesse contexto, o primeiro discurso oficial do governo brasileiro em território moçambicano foi proferido em 19 de agosto de 1976. O representante enquadrou a missão do Brasil em Moçambique no âmbito de uma solidariedade internacional e adotou o discurso culturalista da diplomacia brasileira. Para o embaixador Small “os sentimentos de fraternidade do povo brasileiro para os povos da África” que nascem a partir de “afinidades históricas e culturais”

tornou possível o início de “diálogo em pé de igualdade” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1976a).

O discurso culturalista visava “apresentar a nova política africana como consequência natural dos séculos de contato do Brasil com a África” e criou “ilusões e ações que tornaram a política africana do Brasil um capítulo especial e distinto das demais políticas externas brasileiras” (SARAIVA, 1997, p.219). Em linhas gerais, o conceito de discurso culturalista da diplomacia brasileira remete à linguagem baseada na identidade cultural do Brasil com África a partir da história compartilhada e em uma “espontânea generosidade africana” (SARAIVA, 1997, p. 224). Problemático, o conceito desconsidera todo o período entre a independência do Brasil e as décadas de 1960-1970, em que não havia diretriz política de aproximação com países africanos.

Naturalmente, existem diferenças quanto aos projetos nacionais envolvidos. Em relação à cooperação internacional, as perspectivas eram diferentes. Para o Brasil, tratava-se que Moçambique abandonasse a postura de ressentimento (não apoiou a luta de independência) e abrisse o mercado para empresas nacionais, ao mesmo tempo em que esse processo poderia transbordar para outros países da região. Moçambique, por sua vez, propunha uma cooperação com vistas a angariar recursos para o desen-

volvimento nacional, em setores como pecuária, carvão, gás, agricultura, infraestrutura.

A estratégia do Brasil era ocupar os espaços vazios nas relações internacionais de Moçambique (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1976b). Otimista, o primeiro embaixador brasileiro não demorou a considerar a evolução dos laços bilaterais ao apreciar que “o governo de Moçambique começa a perceber que, na ausência de uma metrópole em condições de lhe prestar assistência, o Brasil é o país que, em diversos campos, oferece as melhores oportunidades de cooperação” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1976c).

Na dimensão comercial, a aposta brasileira foi negociar a participação da Petrobras na prospecção de petróleo em Moçambique em 1976, projeto que não se realizou devido a problemas de falta recursos e infraestrutura necessária. A propósito, a produção de petróleo em Moçambique começou em 2014, com participação da Sasol, petrolífera sul-africana.

No campo comercial o Brasil foi o único ganhador. As exportações do Brasil para Moçambique permitiram um superávit durante todo o período. Em 1976, exportaram-se US\$ 4 milhões; em 1977, US\$ 10.200 milhões; em 1978 US\$ 5 milhões; em 1979, US\$ 15.500 milhões; em 1980, US\$ 71.200 milhões; em 1981, US\$ 36.600

milhões e 1982 US\$ 98.600 milhões (BRASIL, 2015).

A documentação revela contencioso comercial entre a empresa moçambicana Katu, exportadora de caju, e o governo brasileiro. Havia uma dívida de US\$ 8 milhões contraída pela firma no primeiro semestre de 1975. Para o governo moçambicano, a dívida representava obstáculo ao desenvolvimento nacional. O problema foi abordado pelo Chanceler Chissano diretamente com o embaixador Ronald Small. Na conversa, o embaixador ressaltou a importância de resolver a questão e problematizou as contradições da estratégia, que

Ao mesmo tempo apoiamos nas Nações Unidas as resoluções para assistência a Moçambique e deixarmos prolongar-se um rombo em divisas equivalentes a dois terços do total da ajuda de doze milhões de dólares prometida pelos EUA, ou idêntico aos créditos que abrimos para Angola, nesse contexto, qualquer esforço nosso de assistência tornasse insignificante diante do montante da dívida” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1976h).

A documentação do AHI não informa o destino da dívida da empresa. Foram identificados três conjuntos de prioridades de Moçambique com base na pesquisa documental: (i) carvão, gás e pe-

tróleo; (ii) agroindústria; (iii) industrialização e apoio à indústria existente, como por exemplo madeira e fabricação de mobílias, produtos agrícolas, obras ferroviárias e portuárias. Mas não houve investimento do Brasil nesses setores, apenas a criação de uma linha de crédito.

Outro aspecto da aproximação foi a participação brasileira na Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique (FACIM). De acordo com Santos (2014, p.294), a participação do Brasil começou em 1972 como parte do trabalho de inteligência comercial do Consulado para atrair empresários, com financiamento do Itamaraty. Em 1972, uma missão do presidente da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo e da Confederação Nacional de Indústria participou na Feira e exibiu produtos brasileiros.

Na primeira participação após a independência, o Brasil expôs em pavilhão próprio, o Pavilhão Brasil, ao qual compareceu o presidente Samora Machel. Um caminhão frigorífico da Scania Brasil exposto, cujo valor era US\$ 75 mil, chamou a atenção das autoridades moçambicanas. Machel solicitou sua doação e, após negociações entre o embaixador Zappa e o governo brasileiro, com assinatura de decreto presidencial por Geisel, autorizou-se sua doação. O Itamaraty financiou 50% do valor e a Scania o restante (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1975b).

Vale referir que a atuação do Brasil na

cooperação técnica era limitada em termos de abrangência geográfica, recursos e instrumentos. Ademais, na década de 1970 localizam-se os primeiros experimentos do Brasil enquanto operador de cooperação técnica (MILANI *et al*, 2015). A título de exemplo, em 1976 o governo de Moçambique solicitou ao Brasil, certamente em função da identidade linguística, publicações, documentos, leis e manuais de saúde pública e higiene pessoal, manifestando interesse em participar de seminários, congressos, cursos de graduação e pós-graduação na área de saúde no Brasil (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1976d). A expectativa da diplomacia de Brasília era o reconhecimento do Brasil como um interlocutor relevante pelo país africano, na medida em que o Itamaraty concebia a “África de expressão portuguesa” como “uma área de concentração de cooperação técnica brasileira” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1976e).

Nessa linha, o Itamaraty disponibilizou 135 bolsas de estudos para os Países Africanos de Língua Portuguesa em 1976, dentre as quais 30 para Moçambique. O programa visava “mostrar a boa vontade do Brasil com relação aos novos Estados e fortalecer, sem preocupações imediatistas, a imagem do Brasil na África” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1976f). Com efeito, era uma cooperação técnica pouco onerosa, porque não se financiavam custos com pas-

sagens e diárias. Nesse mesmo ano, Moçambique solicitou o fornecimento de legislação e manuais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a fim de usá-las na promoção da língua portuguesa no âmbito doméstico. O Brasil forneceu material didático para atividades variadas, como formação náutica, montagem cinematográfica, som e iluminação, assuntos energéticos e economia do combustível, geologia do solo e legislação sobre psicotrópicos.

Outras ações no âmbito da concessão de bolsas foram o oferecimento de vagas em cursos de especialização em microbiologia e imunologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ou para participar na I Jornada Afro-Brasileira de Medicina Tropical na Universidade Federal do Pernambuco, com cinco bolsas de estudo para cada país africano de língua portuguesa (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1976h).

Assuntos culturais, essencialmente música e literatura, desempenharam papel importante no processo de aproximação. A Rádio Moçambique solicitou à Embaixada brasileira discos e livros do Brasil, que por sua vez, forneceu exemplares da Coletânea Abril de música popular brasileira e livros de Jorge Amado, dentre outros. Na avaliação do embaixador Small essa era uma “oportunidade para divulgação e promoção da imagem do Brasil, de forma econômica e eficaz” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1976g). Na

mesma rádio, realizou-se especial sobre a independência brasileira, no intuito de mostrar à sociedade moçambicana que o Brasil era uma ex-colônia de Portugal.

Cumprir registrar que a maior parte das notícias do Brasil eram divulgadas por agência cubana, a Prensa Latina. Nas palavras do embaixador, eram “fator determinante na construção de uma imagem negativa, que à força da repetição, tenderam a se fixar até entre as autoridades governamentais” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1975a).

Cabe destacar que os assuntos consulares e a manutenção da burocracia ocupavam parte do trabalho da Embaixada. A presença de brasileiros exilados do regime militar, os “cooperantes”, acarretou uma série de pedidos de permissão de emprego em governo estrangeiro e, sobretudo, de nacionalidade para crianças brasileiras nascidas em Maputo. Apesar do regime militar ter proibido a concessão de passaporte aos filhos dos exilados, um diplomata em particular, o encarregado de negócios Paulo Antônio Pereira Pinto, descumpriu as ordens do regime e concedeu nacionalidade àqueles que a solicitaram (PEREIRA PINTO, 2021).

Na linha das políticas seguidas por Small, o embaixador Zappa, sublinhou o esforço do governo brasileiro, em discurso de 1977, no sentido de “cumprir seu dever histórico de aproximação e colaboração com as nações africanas” e a dis-



posição do Brasil em compartilhar sua “experiência acumulada” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1977a).

Nos dias 2 e 3 de fevereiro de 1977, realizou-se a primeira visita de oficial de delegação moçambicana ao Brasil. Chefiada por Murade Murade Isaac Murargy, que posteriormente foi Secretário Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre 2012-2016. Foi recebida pelo chefe da Divisão de África do Itamaraty, que reiterou disposição do Brasil de cooperar dentro “das possibilidades” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1977b). Cabe referir que a primeira visita de chanceler brasileiro ao país africano deu-se em 1980, quando Saraiva Guerreiro realizou périplo pelo continente.

Em dezembro de 1979 o Brasil estabeleceu linha de crédito para financiar exportações à Moçambique no valor de US\$ 500 mil, por meio de contrato entre o Banco do Brasil, com o amparo do Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX), e o Banco de Moçambique. O primeiro empréstimo do Banco do Brasil ao país africano ocorrera em 1974, quando proveu recursos à Empresa Moçambicana de Pesca. O problema é que a linha de crédito se tornou parte fundamental da dívida externa moçambicana. De acordo com Woloski (1997, p.22) em 1982, as exportações brasileiras alcançaram os US\$ 100 milhões. Esses interesses comerciais, teriam justificado a extensão do voo da Varig

de Luanda à Maputo, suspenso em 1987.

Em 1980, o reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Fernando Ganhão assinou acordo no Itamaraty de cooperação cultural entre ambos os países. Naquela ocasião, o embaixador João Hermes Pereira de Araújo avaliou de forma alvissareira o relacionamento ao afirmar que “a cooperação cultural e técnica ocupa lugar especialmente significativo”, sugerindo que essa dimensão era uma prioridade “determinada pelo Presidente João Figueiredo” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1980a).

Em contrapartida, para o reitor o Brasil reunia “condições potenciais para suprir ajuda e orientação” e “se tornava mais nítido o desejo moçambicano de cooperar com o Brasil” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1980b). No entanto, a assinatura do referido acordo não significou que haveria mais recursos para o financiamento da cooperação técnica.

No curso do processo de aproximação, cabe ressaltar a importância do Acordo Geral de Cooperação de 1981, instrumento que fornece base jurídica para ações, projetos e programas de cooperação até os dias atuais. O acordo estabelece e regulamenta a ordem das prioridades nas relações bilaterais e definiu o escopo das ações de cooperação técnica (BRASIL, 1981). O acordo foi promulgado em junho de 1984.

Tendo ressaltado a importância da cooperação técnica, o discurso inaugural do embaixador Hasslocher sugeriu “estabelecer bases mais sólidas para uma cooperação mutuamente proveitosa” e, diferentemente de seu antecessor, reconheceu que havia “expectativa exagerada sobre o futuro da cooperação com Moçambique” (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1985a).

A Comissão Mista Brasil – Moçambique foi constituída em 1982<sup>3</sup> e, em dezembro, realizou-se sua primeira reunião com o objetivo de promover as relações comerciais. Poucos meses depois, a gravidade da crise econômica em Moçambique levou ao congelamento de linha de crédito e ao abandono de muitas atividades de cooperação, que gerou frustrações e queixas de autoridades moçambicanas.

Esta seção identificou o processo de estabelecimento das relações com Moçambique e a organização da agenda bilateral. Nota-se que as principais ações do governo brasileiro para aproximar-se de Moçambique foram a cooperação técnica e, em menor escala, promoção comercial. As próximas seções abordam como o relacionamento bilateral manteve-se ao longo do tempo, superando, portanto, a etapa de gestação da política de aproximação com Moçambique.

Observando mais detidamente o processo, a função da representação brasileira em Maputo era: (a) levantar as necessidades e prioridades do

país; (b) prestar informações aos meios locais sobre instituições e órgãos brasileiros capacitados a prestar assistência técnica; (c) acompanhar e avaliar os resultados da cooperação e; (d) revisar e formular projetos de cooperação, propor cursos e seminários.

Não deixa de chamar a atenção a compra de barcos pesqueiros do Brasil, que culminou com o curioso fato que, tais barcos, ao partir do litoral brasileiro com a bandeira moçambicana tornaram-se as primeiras embarcações a cruzarem o Atlântico com a bandeira da República Popular de Moçambique, fato que agradou os dirigentes da FRELIMO.

## RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE 1987 - 2002

Do ponto de vista mais geral, as questões mais importantes da agenda bilateral foram a continuidade cooperação técnica e a participação e liderança do Brasil na missão de paz da ONU em Moçambique. Uma novidade para o avanço das relações bilaterais foi a promoção cultural por intermédio do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), estabelecido na Embaixada em Maputo. O processo de aproximação política desdobrava-se, igualmente, na aproximação entre as sociedades: em 1986 a rede Globo permitiu o uso dos programas brasileiros transmitidos em Portugal na

televisão do país africano. Nesse mesmo ano, em 23 de junho, o novo embaixador Luiz Fernando Nazareth assumiu a representação do Brasil em Maputo.

Não deixa de chamar a atenção que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi convidado a representar oficialmente o Brasil no Quinto Congresso da FRELIMO, realizado entre 24 e 31 julho de 1988 em Maputo para observar as deliberações que transformariam o partido marxista-leninista em partido capitalista (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1988). O convite do PCB em detrimento do governo brasileiro demonstra que os ressentimentos do governo de Moçambique sobre a falta de apoio do governo brasileiro à luta de libertação nacional da FRELIMO não estavam totalmente superados.

A primeira visita de presidente moçambicano, Joaquim Chissano, ao Brasil ocorreu em abril de 1988. O encontro pretendeu incrementar e diversificar o relacionamento bilateral em contexto de aviltadas dificuldades econômicas para os dois lados. Cabe lembrar que o primeiro presidente da África Austral a visitar oficialmente o Brasil após a redemocratização foi Sessé Seko, do Zaire (atual República Democrática do Congo). Nessa esteira, o governo brasileiro passou a apoiar a independência da Namíbia (1990) e Sarney encontrou, em Cabo Verde, o presidente Aristides Pereira, recebeu o bispo sul-africano Desmond Tutu, condeco-

rado pelo chanceler Sodré com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e publicou nota sobre ataques à Maputo por comandos sul-africanos naquele mesmo ano (Barreto, 2017, p.86).

A partir de 23 de junho de 1988, a embaixada do Brasil em Maputo tornou-se cumulativa com o Reino do Lesotho e mais tarde com a República do Madagascar, permanecendo assim até os dias atuais (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1990a).

A diplomacia presidencial foi empregada como instrumento central para impulsionar e prestigiar as relações bilaterais. O presidente Fernando Collor de Melo visitou a República de Moçambique no dia 12 de setembro de 1991. Em um dia de visita conversou com seu homólogo sobre o relacionamento bilateral, enfatizando a cooperação em agricultura, recursos minerais, transporte, apoio às instituições e aos avanços das conversas de paz entre a FRELIMO e a RENAMO. Ainda no mandato de Collor, o governo de Moçambique solicitou apoio do presidente brasileiro na candidatura do médico e ex-ministro da Saúde de Moçambique, Helder Martins, para o cargo de diretor geral da OMS (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1992a).

O Centro de Estudos Brasileiros (CEB) foi criado em novembro de 1989. Foi inaugurado pelo deputado e ministro da cultura José Aparecido de

Oliveira, com o objetivo de dar ânimo ao relacionamento bilateral e promover a cultura brasileira em África. O ministro viajou a todos os países africanos de língua portuguesa e encontrou chefes de Estados e ministros para entregar mensagem presidencial de Sarney. As primeiras atividades realizadas no âmbito do CEB foram exposições de livros, filmes e artesanato brasileiro, cursos regulares e intensivos de língua portuguesa e literatura brasileira, exibição de filmes, feiras de livros, exposições de artistas plásticos, conferências, espetáculos folclóricos, cursos e seminários (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1990b). No fim de 1990, o CEB havia realizado atividades importantes como a exposição de escultura de Alberto Chissano, o lançamento do livro *Dumba Nengue* da escritora Lina Magaia, exposições de artistas plásticos moçambicanos, atividades executadas com orçamento da Secretaria de Estado (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1990c).

Vale dizer que o jornal *The New York Times* publicou reportagem em 1992 sobre evento realizado no CEB caracterizando-o como "uma abertura de arte lotada e cheia de estilo, onde os convidados poderiam ser perdoados por pensar que estavam na galeria do Soho em Manhattan"<sup>4</sup> (Perliez, 1992). Na ocasião, o CEB acolheu exposição fotográfica de esculturas Makonde, exibição de esculturas de Eugenio Lemos com a

presença de artistas moçambicanos como Malangatana, Renata Sadimba e outros.

Outra dimensão das atividades do CEB foi a difusão da língua portuguesa na África Austral. Com financiamento da Comunidade Europeia, ajudou Moçambique a incluí-la no ensino dos países anglófonos da região, como Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1994a). Os cursos eram ministrados por instituições locais e certificados pelo Instituto de Línguas de Moçambique, em cooperação com o CEB.

Nesse sentido, o embaixador Ozório Rosa entendia que o CEB era um instrumento de "exaltação das relações Brasil-Moçambique" e palco de "alta visibilidade nas relações culturais" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1996a). Em mais de uma ocasião, o embaixador cotejou o CEB com o Centro Franco-Moçambicano, instaurado em 1994, em antigo hotel dos tempos coloniais, com investimento de US\$ 9 milhões do governo gaulês. Nessa comparação, o embaixador declarou que o CEB foi considerado como "o mais importante polo de atividades culturais não apenas em Moçambique como na própria África Oriental" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1997b).

Mantendo o tom de competição, o embaixador considerou que o CEB era a

instituição cultural de maior prestígio e

presença em Moçambique. Mas, por emulação, logo seria superado por um centro cultural português em edifício super luxuoso, de vários andares, construído por Portugal, na zona nobre da cidade". Logo depois essa posição portuguesa teria sido "suplantada pela França, que investiu US\$ 9 milhões em um centro cultural ainda mais vistoso e atuante (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1996).

As atividades culturais do Centro de Estudos Brasileiros foram afetadas por restrições orçamentárias em 1999. Com o objetivo de remediar a falta de recursos, o CEB chegou a ser "instado" a utilizar a Lei Rouanet para obter recursos a serem usados na promoção cultural brasileira em Moçambique. No entanto, a embaixada informou que a lei "era impraticável em Moçambique" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1999).

No âmbito da cooperação técnica, a avaliação do governo brasileiro sobre a relação com Moçambique era que

por não ser um doador líquido de capitais, as ações brasileiras concentram-se nas áreas de formação de quadros e reforço institucional. No caso específico de Moçambique, a ajuda brasileira inclui, ademais, o perdão de 95% da dívida pública desse país com o Brasil, que significa um

esforço orçamentário na ordem de aproximadamente US\$ 307 milhões". citação para parte de CI. Telegrama nº281 de Embaixada em Maputo para Exteriores em 12 de julho de 2001 (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2001a)

Esse reconhecimento não era novo. Anos antes, em 1990 o embaixador Nazareth afirmou que Moçambique era um dos países com que o Brasil possuía maior volume de cooperação técnica. Vale referir que a cooperação constituía o "mais importante componente da ação político-diplomática" para o Brasil (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1990d).

No campo da cooperação educacional, a concessão de bolsas de estudo via Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) foram os programas que mais movimentaram e mobilizaram a embaixada em Maputo. Os embaixadores se envolviam pessoalmente na comunicação do resultado para os candidatos e candidatas. No final dos anos 1980 e "em razão das recentes limitações orçamentárias baixadas pelo governo brasileiro, não foi possível garantir bolsas de manutenção para os candidatos" selecionados para os programas (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1989).

Salienta-se o fato que a primeira obra importante de construção civil brasileira em

Moçambique foi iniciada em novembro de 1994, com a modernização da rodovia "Ichope-Vila Machipanda" na província de Manica. Com extensão de 153 quilômetros ligando Moçambique ao sistema rodoviário do Zimbábue, integra o corredor de desenvolvimento da Beira, que permite escoamento da produção de países mediterrâneos da África Central. Foi uma obra da Odebrecht, que concorreu com outras 8 empresas, com custo aproximado de US\$ 20 milhões, empregou 488 trabalhadores, sendo 471 nacionais de Moçambique (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1995).

A participação do Brasil na ONUMOZ é um dos temas mais importantes na agenda bilateral deste período. O General de Divisão Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva comandou ONUMOZ entre fevereiro de 1993 e fevereiro de 1994 e foi condecorado em 7 de maio de 1993 na embaixada do Brasil em Maputo, cerimônia na qual compareceram altos funcionários da ONUMOZ, do governo e o representante das Nações Unidas Aldo Ajello (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1993). O Brasil contribuiu com 26 observadores militares, 67 observadores policiais, uma unidade médica e uma companhia de infantaria com 170 militares. Posteriormente, o general foi substituído pelo general Mohammad Abdus Salam, de Bangladesh. A ONUMOZ era integrada por um total de 23 países, com 6.500 homens (ARQUIVO

DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1994b). A embaixada brasileira promoveu curso intensivo de português para voluntários da ONUMOZ por meio do CEB.

O embaixador Ozório Rosa cumpriu programa de visita para ouvir o testemunho dos militares brasileiros sobre o processo. A vigilância exercida pela ONU tinha como objetivo "garantir as eleições de outubro em clima de paz" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1994c). Por conseguinte, coube instalar posto avançado da embaixada brasileira na cidade da Beira. O acampamento do Contingente Brasileiro na ONUMOZ (COBRAMOZ) estava situado em Mocuba, na província da Zambézia, e o custo total da operação foi US\$ 40 milhões.

O embaixador Ronaldo Sardenberg, representante da delegação brasileira nas Nações Unidas, visitou o acampamento da COBRAMOZ em Mocuba (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1994d). As tropas brasileiras atuaram em operações de desminagem e no processo de desmobilização dos combatentes da RENAMO e FRELIMO. O mandato da ONUMOZ foi encerrado em 07 de dezembro de 1994. A metade dos efetivos havia retornado ao país de origem e os remanescentes deixariam Moçambique até o dia 31 janeiro 1995 (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1994e). Na primeira gestão como chanceler, Celso Amorim esteve na cidade

da Beira em 22 de novembro de 1994 para a cerimônia de despedida do contingente brasileiro, acompanhado pelo chefe do departamento da África, o embaixador Virgílio Moretzshon e Mauro Vieira. O contingente partiu no dia 27 de novembro da cidade da Beira, em um Boeing 707 da Força Aérea Brasileira (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1994f).

Segundo Amorim (2015) os interesses envolvidos na participação da ONUMOZ foram expostos ao Legislativo em 1993. Dentre eles salienta-se que o Brasil atendeu solicitação do Secretário Geral da ONU, Boutros-Boutros Ghali para maior participação em missões de paz no geral, e procurou ocupar lugar de destaque na pacificação do país com vistas ao processo de aproximação. Nesse sentido, o Brasil participou do processo de conciliação e paz de Moçambique, que culminou na realização das primeiras eleições democráticas daquele país.

Com essa aproximação o Brasil angariou apoio à candidatura em organismos internacionais. Amorim (2015, p.304) afirma que "Moçambique foi um dos primeiros países que mencionou nominalmente o Brasil como possível membro permanente do Conselho de Segurança na Assembleia Geral de 1994.

Em 1994 iniciaram-se as negociações para perdoar a dívida externa de Moçambique pelo Brasil. A delegação moçambicana foi chefiada pelo

diretor do Banco de Moçambique (Banco Central), Adriano Afonso Maleiane e Esmeralda Fernandes, diretora do Departamento de Controle Cambial e Dívida Externa e seu objetivo era encontrar formas de liquidar a dívida (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1994g). Cabe lembrar que, para além de Moçambique, o governo Fernando Henrique Cardoso renegociou dívidas com mais sete países africanos: Cabo Verde, Costa do Marfim, Gana, Gabão, Mauritânia, Tanzânia e Zâmbia (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1996b).

Sobre o perdão da dívida brasileira, a embaixada estava atenta à imagem externa do país (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1996d). O entendimento do governo brasileiro era que o perdão funcionava como uma doação, a despeito que "o caráter de doação seja desapercibido ou não seja reconhecido" mas que teria sido "mais vantajoso, ao invés de emprestar, usar parcela do dinheiro na cooperação técnica e até em doações a fundo perdido, segundo fazem nesse particular os países desenvolvidos" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1998d). Com efeito, a dívida externa moçambicana era produto de empréstimos calculados com base em critérios de política doméstica, isto é, mobilizada para atender o interesse dos exportadores brasileiros, com pouca atenção aos riscos para o país africano (WOLOSKI, 1997, p. 121).

Em 2000, a embaixada não conhecia o estado da dívida, mas havia consciência de que Moçambique não tinha condições para pagá-la. Embora o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha anunciado perdão de 95% e iniciado estudo para um acordo, este só foi ratificado durante o governo de Lula da Silva, em 2004. O total da dívida moçambicana no Banco Central do Brasil era de US\$ 331 milhões (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2000b).

No que se refere à embaixada de Moçambique no Brasil, esta foi instalada em 20 de janeiro de 1997. O encarregado de negócios Bernardo Nunes Albino Zaqueu, após servir nas Nações Unidas, Zimbábue, Rússia e China, estabeleceu a embaixada em Brasília. Sua tarefa primordial era dar continuidade às relações existentes entre os dois países, reforçando aspectos prioritários como a cooperação educacional e instituir contatos com outras missões (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1997a). A primeira embaixadora de Moçambique em Brasília foi Felizarda Isaura Monteiro, a qual apresentou credenciais para o presidente Fernando Henrique Cardoso em audiência no Planalto no dia 12 de novembro de 1997.

Em 1998, a Assembleia da República de Moçambique, por meio da Comissão de Relações Internacionais, criou a Liga Parlamentar de Amizade Moçambique - Brasil. Em contrapartida, o gov-

erno brasileiro procedeu a estabelecer, no Congresso, a Liga de Amizade Brasil – Moçambique, tendo apontado os senadores Lucio Alcântara e Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores "para patrocinar a iniciativa" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1998b).

O anúncio da intenção de a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) instalar-se e inaugurar sucursal da TV Record em Maputo aponta para o avanço de interesses privados brasileiros no país africano. Em dezembro de 1998, as emissões estavam regularmente no ar, no Canal Três, com "ótima qualidade de imagem e, aparentemente, com a mesma programação da matriz, em São Paulo" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1998a). A diplomacia brasileira ponderou que "não deixa de ser de alguma significação a inauguração de uma emissora de televisão brasileira em Moçambique" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1999a). A programação contava com a retransmissão do noticiário de Boris Casoy, o programa Fala Brasil e outros de culinária, infanto-juvenil, humorísticos e outros (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1999b).

A Vale S.A (privatizada em 1997) mantinha interesse de atuar em Moçambique para produzir placas de aço e ferro. A empresa manifestou intenção de financiar, com o Banco Espírito Santo de Portugal, empreendimentos nesse setor (ARQUIVO



DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 1999c). O empresário brasileiro Eduardo Rio Branco, filho do embaixador Paulo Rio Branco e proprietário da firma Consult Export Ltda, com sede na África do Sul, tinha conexões com os governos da FRELIMO e relações amistosas com o chanceler Leonardo Simão, foi peça central nas negociações que viabilizaram a exploração mineral (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2000a). A exploração de fato teve início no primeiro governo Lula da Silva.

Tal como examinado nesta seção, a presença do Brasil em Moçambique continuou a operar na lógica da cooperação técnica e, em menor grau, das possibilidades de comércio. Destaca-se a participação do Brasil na ONUMOZ e o início das negociações para o perdão da dívida externa como elementos estabilizadores e de continuidade do relacionamento bilateral.

## ENGAJAMENTO E REJEIÇÃO: RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE 2003-2015

O engajamento do Brasil em Moçambique é visto como um mecanismo temporário elaborado no quadro da política exterior dos governos Lula da Silva (2003-2010). Esse engajamento não é

fortuito, porque as boas relações com Moçambique vinham sendo cultivadas desde 1975.

No que se refere aos elementos constitutivos do engajamento, três aspectos são observáveis no relacionamento com Moçambique: (i) a multiplicação dos recursos gastos em ações, projetos e programas de cooperação técnica; (ii) a participação do Brasil na exploração do complexo mineiro-energético de Moçambique - resultado de um processo de aproximação anterior ao ciclo do Partido dos Trabalhadores (PT); e (iii) a utilização de Moçambique como janela para promoção da cooperação técnica brasileira em foros internacionais, como o Grupo dos 20 (G-20).

Em suma, o engajamento é opção de elevar a relação bilateral a um nível maior de interação/cooperação. Foi marcado pela multiplicação das iniciativas bilaterais, articuladas por discurso diplomático que promoveu a posição do Brasil como um dos líderes do Sul Global. Em largos traços, a projeção do Brasil se caracteriza por dupla estratégia: promover cooperação internacional e incentivar o comércio. Cabe registrar que a cooperação técnica é instrumento de política exterior, marcado por relações de poder desiguais, nas quais os atores competem por recursos, reconhecimento e legitimidade (MILANI, 2018). Moçambique tornou-se o principal destino da cooperação internacional do Brasil (BARRIOS DÍAZ, 2023).

No Relatório de Gestão da embaixadora Leda Camargo consta que ela foi a oitava pessoa na representação brasileira em Maputo. Desde 1975, a embaixada foi encabeçada por Ronald Small, Ítalo Zappa, Marcel Hasslocher, Luiz Fernando Nazareth, Luciano Rosa, Helder Moraes, Pedro Carneiro de Mendonça, Leda Camargo, Antonio J. M. de Souza e Silva. Não foi possível identificar todos os nomes dos homens e mulheres que ocuparam o cargo mais alto da embaixada em Maputo (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2008a).

As relações com Moçambique permitiram que o Brasil participasse, na condição de observador na II Cúpula da União Africana em 2003. Em sua participação, limitada apenas aos trabalhos de abertura e encerramento, o representante do Brasil aproveitou a oportunidade para considerar que "o Brasil está seguro de que, por força dos especiais laços de amizade e de cooperação com Moçambique, a aproximação, que agora se inicia, entre o Brasil e a União Africana será amplamente favorecida" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2003a).

Ademais, nesse mesmo ano, investidores brasileiros foram convidados a participar na // *Commonwealth Mozambique Investment Conference* entre os dias 22 e 24 de outubro (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2003b). O objetivo da participação era promover

Moçambique como porta de entrada de produtos brasileiros na *Southern Africa Development Community* (SADC), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

Após dez anos sem participar da FACIM (1992-2002), o Brasil retornou ao formato básico de promoção das exportações e a embaixada atuou à frente da coordenação das missões empresariais nas diversas edições em que participou da feira (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2003c). A título de exemplo, em agosto de 2005, em uma reunião em Maputo, compareceram representantes de agências governamentais como ABC, Agência Brasileira de Promoção do Comércio Exterior e de Investimentos (APEX), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com as empresas Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Vale, para discutir a participação do Brasil no evento. Nesse ano, a participação do Brasil reuniu 31 empresas de distintos setores, como alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos, material de construção, bijuterias, calçados, bolsas e confecções. Criaram-se negócios na ordem de US\$ 500 mil nessa oportunidade (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2005a).

Comemorou-se, em 2006, o 31º aniversário das relações bilaterais com palestra do escritor moçambicano, Mia Couto, sobre Guimarães Rosa (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MA-

PUTO, 2006a). No ano seguinte, em 2007, a Dra. Graça Machel enviou ao CEB um "Diploma de Mérito" em "reconhecimento ao apoio prestado ao Centro de Documentação Samora Machel na organização das comemorações dos 20 anos de Mbuzine", o acidente no qual pereceu o primeiro presidente moçambicano (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2007a).

Entrando no tema da exploração do setor mineral, segundo Castel- Branco *et al* (2015, p.4) entre 2005-2013, 21% do Produto Interno Bruto moçambicano correspondia ao setor da indústria extrativa, cujo núcleo era "o complexo mineral-energético e commodities agrícolas". Os principais produtos do complexo mineral-energético de Moçambique eram alumínio, carvão, areias pesadas, energia e gás e as principais commodities agrícolas foram tabaco, banana, açúcar e madeira. Entre 2005-2012, 49% da pauta de exportações moçambicana era composta por alumínio (36%) e carvão (13%). O setor mineral-energético representava, nesse mesmo período, 71% das exportações do país. Em exame crítico sobre a natureza da economia moçambicana, Ali e Muianga (2016, p.1) asseveram que

este tipo de estrutura produtiva reproduz uma estrutura de emprego e condições sociais de trabalho não consistentes com os objectivos da legalidade laboral e segurança social. A instabilidade e regularidade do emprego, a baixa remuneração e

as precárias condições de trabalho, associadas às condições atuais de organização dos processos produtivos, podem reproduzir uma força e trabalho e uma estrutura económica pouco produtivas, com implicações para a sustentabilidade da própria estrutura produtiva.

Não obstante, os investimentos brasileiros tiveram foco exatamente nesses setores, sobretudo nos megaprojetos de energia, mineração e indústria agrícola. No período abarcado nesta seção, os investimentos brasileiros alcançam mais de US\$ 9,5 bilhões. A maior parte destes investimentos ocorreu na área do complexo mineral-energético, sobretudo em construção civil, mineração e energia (ROSSI, 2015).

Neste período, os maiores produtos de exportações brasileiras para Moçambique eram trens e materiais para vias férreas (29,5%), geradores elétricos (28,7%), carne de frango in natura (10,7%), maquinaria e instrumentos mecânicos e produtos metalúrgicos (7,22%), geradores elétricos (3,7%), aviões (2,6%), farinha para animais (2,5%), móveis (2,3%) e cereais (2,0%) (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2010).

Sempre existiram, contudo, fatores que minavam o relacionamento bilateral. Em 2005 o Brasil recebeu críticas dos produtores de aves (frango) pelo aumento das exportações, que estavam enfraquecendo a indústria doméstica. O fato,

no entanto, foi considerado positivo para o interesse nacional, de tal modo que, para a embaixadora Leda Camargo, o Brasil "estaria conquistando posição de vanguarda em detrimento da África do Sul, cujas exportações de produtos despencaram", no contexto de um aumento da exportação de frangos de 106,7 mil quilos em 2002 para 435,3 mil quilos em 2003 (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2005b).

Era de conhecimento da Embaixada que industriais do ramo protestaram junto ao Ministério da Indústria e do Comércio em Maputo, contestando a abertura do mercado moçambicano aos produtos do Brasil. A documentação informa que o ministro da Indústria e do Comércio, António Fernando, mantinha reuniões com os produtores moçambicanos, os quais indicavam "insatisfação por parte dos produtores devido ao que alegam ser a concorrência desleal provada pelo frango congelado importado do Brasil" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2005c).

Ocorre, contudo, que esse episódio pode ser uma metáfora para entender o comércio bilateral, que além de ter sido pouco expressivo, foi sempre superavitário para o Brasil. Um telegrama enviado ao Itamaraty anexando a reportagem do jornal "Notícias" em 2005, mostrava que, na perspectiva moçambicana, as "trocas com o Brasil são insignificantes" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2005c). As exportações

moçambicanas para o Brasil nunca atingiram 0,1% do volume total do comércio bilateral entre 1998 e 2002 (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2005c).

Assim, a balança comercial apresentar-se-ia deficitária para Moçambique em todos os anos do relacionamento bilateral. Com efeito, o valor das exportações moçambicanas para o Brasil não cobriu o valor gasto com as importações de produtos brasileiros.

Para o Brasil, que do ponto de vista mais global buscava ampliar sua margem de manobra nas relações internacionais, essa situação era vantajosa. A embaixadora Leda Camargo, ao receber informe da abertura do escritório da Odebrecht em Maputo, enviou a seguinte nota à Brasília

Com especial satisfação para esta embaixada, a previsível bola de neve positiva da presença brasileira em Moçambique, após o sucesso da Vale na concorrência em 2004, a cada dia se concretiza com novos fatos. Fui hoje contatada pelo diretor da Odebrecht em Lisboa, Dr. Carlos Pascoal, que me comunicou a decisão da empresa de abrir, em breve, escritório em Maputo. Pascoal, que efetuara visita a esta capital de 13 a 15 de fevereiro para ultimar os detalhes, esclareceu que os vários projetos associados à exploração de carvão de Moatize, bem como as inúmeras oportunidades comerciais e de investimento resultantes de obras de infra-estrutura que

serão construídas em Moçambique em um futuro próximo, levaram a Oderbrecht a decidir ter uma representação neste país" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2006b).

De acordo com Woloski (1997, 45), o carvão de Moatize era, para o Brasil, o elemento de maior importância estratégica e poderia ser uma "alavanca para lançamento dos demais processos de inserção em Moçambique na África Austral e Lusófona". Seguindo Rossi (2015, p.128) a mina de Moatize, inaugurada em julho de 2007, começou a ser explorada em 2012, com 3,8 milhões de toneladas. O investimento total da Vale em Moatize previsto era ser de US\$ 8,5 bilhões. Em 2012 os investimentos estavam na ordem de US\$ 2 bilhões.

A Vale mantinha escritório em Maputo, no qual trabalhavam doze pessoas e em Moatize, para o pessoal de campo (geólogos, técnicos e funcionários administrativos). A embaixadora Leda Camargo advogou pela abertura de consulado honorário do Brasil em Tete, capital da província homônima, onde encontra-se a cidade de Moatize, para ajudar a empresa. Em 2008, o chanceler Amorim conectou a participação do Brasil na exploração do complexo mineral-energético de Moçambique com o fortalecimento das relações bilaterais, ao afirmar que:

Mencionei o tema do carvão de Moatize e

enfatizei nosso interesse em resolver as pendências o mais rápido possível. Reconhecendo tratar-se de assunto complexo, ponderei que cada semana que se passa sem uma solução são recursos que se perdem, e que quanto mais depressa pudermos avançar nesse dossiê, melhor será para a intensificação das nossas relações. Lembrei o caso de Angola, onde o rápido avanço dos investimentos brasileiros tem aberto novas oportunidades comerciais e de cooperação - o que também poderia vir a ser o caso de Moçambique. (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2008b).

Sobre o tema da cooperação técnica, em 2006, a embaixada em Maputo reportou ao Itamaraty sobre as principais iniciativas em curso e que "entre os PALOP, Moçambique é um dos países com maior potencial para o estabelecimento de amplo programa de cooperação com o Brasil, em razão de sua estabilidade política, dimensão geográfica e populacional" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2006c). Vale destacar que, em 2006, a embaixada estimou a concessão de bolsas, no âmbito do PEC-G e PEC-PG, para mais de 600 moçambicanos formados em instituições brasileiras.

Na esteira do processo de engajamento, e como parte central dos resultados da atuação do Brasil, cumpre registrar que EMBRAPA abriu escri-

tório regional em Maputo em 2006 com o objetivo de tornar-se centro de referência na transferência de tecnologia agrícola e cooperação também com outros países da região (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2006d). No ano seguinte, em 2007, no âmbito da IV reunião da Comissão Mista em Maputo, o chefe da delegação brasileira "reiterou a importância atribuída pelo governo brasileiro às relações com Moçambique" (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2007b).

Igualmente a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) instalou escritório regional no país em 2008. O objetivo do escritório da FIOCRUZ é apoiar a estruturação de sistema de saúde público no país (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2008). A presença da FIOCRUZ era vista como essencial para iniciar o ambicioso projeto de construir uma fábrica de medicamentos, incluindo antirretrovirais e outros. Nesse sentido, inaugurado pelo presidente do Brasil em outubro, o escritório ofereceu cursos de pós-graduação e capacitação e para criar projetos de transferência de tecnologia no marco da CPLP, e foi um instrumento na ampliação da presença do Brasil em Moçambique a outros países do continente africano.

Ao compilar as atividades de cooperação internacional do Brasil, a embaixadora Camargo avaliou que:

A abertura do escritório da FIOCRUZ em Maputo foi anunciada pelo Chefe da delegação brasileira na IV COMISTA e pelo presidente Lula no discurso do Itamaraty por ocasião da visita do presidente Guebuza. Tem por objetivo servir como ponto focal para a cooperação com todo o continente africano. Pretende-se inaugurar o escritório a partir de março de 2008 (ARQUIVO DO ITAMARATY, EMBAIXADA EM MAPUTO, 2007c).

Sobre a fábrica de medicamentos, o Brasil estava à cargo do modelo de gestão, da planta industrial para a implementação de área de embalagem, da identificação equipamentos e seus custos, da área de controle de qualidade e pela avaliação da legislação de Moçambique que poderia impactar o projeto, do desenho do primeiro treinamento do pessoal e planejamento orçamentário geral do projeto. A cooperação entre Brasil e Moçambique nesse projeto começou em 2003 e a fábrica entrou em operação em 2012, sendo a primeira fábrica 100% pública de Moçambique. A primeira turma de mestrado do Curso em Ciências da Saúde, no âmbito do projeto de construção da fábrica de medicamentos foi formada em 2010. Fruto de parceria com a Fiocruz, o projeto da fábrica de medicamentos, a Sociedade Moçambicana de Medicamentos, foi concluída em 2021, e

produziu mais de “120 milhões de unidades farmacêuticas” (FIOCRUZ, 2021).

Outra dimensão da cooperação técnica brasileira que encerra particular interesse é o Programa de Cooperação de Desenvolvimento Agrícola da Savana (ProSavana), um mecanismo de cooperação agrícola trilateral lançado em 2009 e criticado por movimentos sociais de distintos países. É um desdobramento das relações entre Brasil e Japão, cujo marco jurídico é o *Japan-Brazil Partnership Program* de 2000.

Na Cúpula do G-8 + 5<sup>5</sup> em L'Áquila na Itália, em julho de 2009, Brasil e Japão decidiram estender o programa agrícola implementado no cerrado brasileiro à savana africana, como parte de sua contribuição para uma iniciativa de segurança alimentar, a *Global Food Security Initiative*. Em linhas gerais, a meta do Prosavana era exportar o modelo agronegócio brasileiro e modernizar a agricultura do Corredor de Nacala<sup>6</sup>.

O Programa tem um horizonte temporal de trabalho de 20 anos e pretende cobrir uma área de 14,5 milhões de hectares em 19 distritos e em três províncias (CLASSEN, 2019). No entanto, Rossi (2015, p.248) aponta que até o ano de 2013 "as atividades da EMBRAPA eram as únicas palpáveis do ProSavana". Ou seja, o Brasil era o seu maior investidor e promotor. O programa foi acompanhado pela emergência de narrativa que se refere a Moçambique como a nova fronteira agrícola do

Brasil. Empresas privadas brasileiras foram incentivadas a trabalhar em uma faixa de terra supostamente disponível, e improdutivo e esperando ser desenvolvida.

O ProSavana foi responsável por criar conflitos sociais entre as populações afetadas, movimentos sociais e o governo moçambicano. Isso, entretanto, não impediu o Brasil em fazer do Programa uma plataforma para atuação política em foros como a Cúpula do G-20 de 2011, realizada em Cannes. Vale referir que a Secretária de Estado dos Estados Unidos Hillary Clinton referiu-se elogiosamente ao ProSavana na IV Conferência de Alto Nível sobre a Efetividade da Ajuda em Busan, Coreia do Sul, em dezembro de 2011 e Bill Clinton o citou como exemplo de uma parceria inovadora (CLASSEN, 2019).

Os conflitos sociais criados com o deslocamento de populações locais para a implantar o Programa produziram insatisfação e ajudaram a criar campanhas contra a sua execução e produziram a rejeição (pelo menos em parte) da presença brasileira no país. O movimento Não ao ProSavana<sup>7</sup> em Moçambique constitui a linha de frente da luta contra determinados aspectos da presença brasileira. Este ne insere no contexto das manifestações populares mais importantes que aconteceram em Moçambique, em fevereiro de 2008, setembro de 2010 e novembro 2012, provocadas

pelo aumento do nível de vida e da desigualdade (BRITO *et al*, 2015).

Dentre os movimentos sociais que participaram na formação da Campanha Não ao ProSavana<sup>8</sup> destacam-se a União Nacional dos Camponeses (UNAC), Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), Justiça Ambiental (JA), Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Fórum Mulher, *Action Aid*, Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades, Via Campesina, Grain, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e outros.

Segundo Monjane (2016, p.147) a

Campanha Não ao ProSavana é um movimento popular que rejeita a implementação de um ambicioso programa de desenvolvimento agrícola de larga escala no Norte de Moçambique. O ProSavana é já considerado o programa de desenvolvimento mais resistido na história de Moçambique pós-colonial. E por isso, os seus proponentes enfrentam desde 2012 imensas dificuldades na sua implementação (...). Em maio de 2013, vinte e três organizações e movimentos sociais moçambicanos, apoiados por mais de quarenta organizações internacionais, endereçaram uma carta aberta aos governantes do Brasil, Japão e Moçambique, protestando a falta de um debate público

profundo e amplo para avaliação do impacto ambiental do ProSavana.

Existem outras formas de rejeição da presença brasileira em Moçambique. Com desdobramentos regionais na África Austral, como o julgamento da mineradora brasileira Vale pelo Tribunal Permanente dos Povos sobre Corporações Transnacionais de Manzini, na Suazilândia. A Vale foi ré por violar direitos humanos e causar danos ambientais, acusada de reprimir, junto com a polícia moçambicana, manifestantes em Moatize e, sobretudo, porque reassentou 1300 famílias sem fornecer as condições acordadas de reassentamento, moradia e trabalho. Ademais, em julho de 2017 registrou-se o primeiro assassinato em uma manifestação contra a Vale, em Moatize, aumentando o conflito entre os reassentados e a empresa.

Neste sentido, entende-se a rejeição como um conjunto de interpretações críticas das relações entre Brasil e Moçambique que trazem diferentes perspectivas e chamam a atenção para as crescentes contradições presentes nos interesses dos países.

## OBSERVAÇÕES FINAIS: O DIVIDENDO BILATERAL



Este artigo apontou os antecedentes históricos, tensões e contradições e mecanismos institucionais que determinaram o relacionamento bilateral entre Brasil e Moçambique ao longo de quarenta anos. Em primeiro lugar, situou-se a evolução das relações em três subperíodos que ajudam a entender os pormenores do relacionamento. Na sequência, o trabalho interpretou os aspectos políticos que definiram cada período e buscou-se evidenciar como o Brasil se aproximou do país africano mediante a promoção de cooperação técnica e, em menor grau, da abertura de mercados.

A contribuição do artigo foi traduzir uma agenda bilateral de quatro décadas em termos das suas linhas de força, atores envolvidos, instituições e desdobramentos e, principalmente, a consideração de que as relações com Moçambique têm uma dimensão política. O trabalho também contextualizou a análise em perspectiva crítica, oferecendo uma visão que problematiza a presença do Brasil em Moçambique, como os problemas acarretados pelo Prosavana e Vale, são elementos essenciais do projeto político do Brasil, e deu voz à rejeição de movimentos sociais moçambicanos de aspectos que condicionam a agenda bilateral.

A política de aproximação ao país africano fundamentou-se no emprego de cooperação técnica como instrumento de política exterior. Os principais resultados, na perspectiva da diplomacia brasileira, foram alcançados com a participação do

Brasil na Operação das Nações Unidas em Moçambique (1992-1994) e, sobretudo, no governo do ciclo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), quando houve um redimensionamento das relações bilaterais e Moçambique tornou-se o principal destino da cooperação internacional do Brasil.

Vale, em conclusão, registrar que o texto ressaltou a importância dos seguintes instrumentos de aproximação empregados pela diplomacia brasileira: ações, projetos e programas de cooperação técnica em múltiplos setores, comércio e abertura de linha de crédito, diplomacia presidencial e trocas de visitas de alto nível, a criação de um Centro de Estudos Brasileiros na Embaixada do Brasil em Maputo como instrumento de promoção cultural, participação e liderança do Brasil na ONUMOZ, participação em obras de construção civil e criação de laços de amizade.

As circunstâncias históricas particulares favoreceram ao Brasil. Primeiro, no que diz respeito ao continente africano, o lusocentrismo do Estado brasileiro entre 1953-1974 o impediu de manter relações e reconhecer as lutas de libertação nacional em todas as ex-colônias portuguesas. A rigidez ideológica da ditadura brasileira essencializou as relações com Moçambique no âmbito da Guerra Fria e a diplomacia de Brasília silenciou-se sobre a guerra colonial portuguesa. Em períodos mais recentes, contudo, Moçambique tornou-se

uma plataforma indispensável para o destino do Brasil em África.

## REFERÊNCIAS

ALI, R.; MUIANGA, C. **Geração de emprego e condições sociais de trabalho nas plantações agroindustriais em Moçambique**. 2016, *Ideias*. Disponível em [https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE\\_Ideias90.pdf](https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias90.pdf). Acesso em 27 de jun. 2023.

AMORIM, C. 2015. A ONU aos Setenta: Reforma do Conselho de Segurança (apontamentos para um livro de memórias). In: UZIEL et al. **O Brasil e as Nações Unidas: 70 anos**. Brasília: FUNAG, 2015, pp. 291-358.

ARQUIVO DO ITAMARATY. CONSULADO EM LOURENÇO MARQUES. 1975. **Telegrama confidencial-urgente, n. 178**, de Embaixada Maputo para Exteriores. Caixa n°5, Lourenço Marques 001 a 269. Maputo, 25 de novembro de 1975.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1975a. **Telegrama confidencial n. 249**, de Embaixada Maputo para Exteriores. Caixa 03 900.1 (00), Política Internacional, de (10) a (98). Maputo, 05 de junho de 1975.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1975b. **Telegrama confidencial n. 130, de Embaixada Maputo para Exteriores**. Caixa 03 900.1 (00), Política Internacional, de (10) a (98). Maputo, 21 de abril de 1975.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1976a. **Telegrama secreto n. 356**, de Ronald Small, Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 923 (42) (88). Maputo, 19 de agosto de 1976.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1976b. **Telegrama secreto n. 279, de Embaixada Maputo para Exteriores**. Caixa 920 (B46) (A). Maputo, 06 outubro, 1976.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1976c. **Telegrama confidencial n. 192**, de Embaixada Maputo para Exteriores. Caixa 920 (B46) (A). Maputo, 24 de abril de 1976.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1976d. **Telegrama n. 350 confidencial**, da Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 920 (B46) (A). Maputo, 15 de outubro de 1976.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1976e. **Telegrama confidencial-urgente, n. 178**, de Embaixada Maputo para Exteriores. Caixa 691.7 (B46) (A30). Maputo, 5 de abril de 1976.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1976f. **Telegrama secreto, n. 100**, de Embaixada Maputo para Exteriores. Caixa 691.7 (B46) (A30) Maputo, 15 de março de 1976.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1976g. **Telegrama confidencial n. 198**, de Embaixada Maputo para Exteriores. 900 (B-46) (A). Maputo, 27 de abril de 1976.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1976h. **Telegrama confidencial n. 258**, de Exteriores para Embaixada Maputo. 900 (B-46) (A). Brasília, 08 de junho de 1976.

ARQUIVO DO ITAMARATY. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 1976h. **Telegrama secreto n. 46**, de Exteriores para Embaixada Maputo. Sem classificação (ilegível). Brasília, 22 de outubro de 1976.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1977a. **Telegrama confidencial, n. 142**, de Embaixada Maputo para Exteriores. Caixa 900.2 (F42) (A). Maputo, 15 de setembro de 1977.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1977b. **Telegrama secreto n.12**, de Embaixada Maputo para Exteriores. Caixa: 900 (B46) (A10). Maputo, 11 de fevereiro de 1977.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1980a. **Telegrama confidencial n.13**, de Embaixada Maputo para Exteriores. Caixa 923 (42) (88). Maputo, 02 de fevereiro de 1980.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1980b. **Telegrama secreto n. 164** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa (01) (73). Maputo, 6 de maio de 1980.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1985a. **Telegrama secreto n.11**, de Embaixada Maputo para Exteriores. Caixa 920 (B46) (A). Maputo, 11 de abril de 1985.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1988. **Telegrama n. 121** da Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 900 (B-46) (A). Maputo, de 21 de agosto de 1988.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1989. **Telegrama secreto n. 51** de Embaixada de Maputo para Exteriores. Sem classificação (ilegível). Maputo, 3 de fevereiro de 1989.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1990a. **Telegrama n. 215** de Exteriores para Embaixada em Maputo. Caixa 24. Maputo, de 8 de junho de 1990.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1990b. **Telegrama n. 155** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 24. Maputo, 20 de setembro de 1990.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1990c. **Telegrama n. 349** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 37. Maputo, 21 de dezembro de 1990.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1990d. **Telegrama n. 145** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 24. Maputo, 2 de agosto de 1990.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1992a. **Telegrama urgente n. 182** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 36. Maputo, 12 de julho de 1992.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1993. **Telegrama n. 323** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 44. Maputo, 12 de junho de 1993.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1994a. **Telegrama n. 560** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 52. Maputo, 17 de agosto de 1994.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO 1994b. **Telegrama n. 128** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 50. Maputo, 03 de março de 1994.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1994c. **Telegrama n. 319** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 49. Maputo, 18 de abril de 1994.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1994d. **Telegrama n. 553** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 52. Maputo, 12 de agosto de 1994.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1994e. **Telegrama n. 846** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 67. Maputo, 7 de dezembro de 1994.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1994f. **Telegrama n. 806** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 67. Maputo, 24 de novembro de 1994.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1994g. **Telegrama n. 398** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 49. Maputo, 16 de junho de 1994.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1995. **Telegrama n. 432** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 27. "Promoção Comercial Brasil-Moçambique. Operações Comerciais". Maputo, de 7 de agosto de 1995.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1996a. **Telegrama n. 164** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Sem classificação (ilegível). Maputo, 26 de março de 1996.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1996b. **Telegrama n. 321** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 03 (00). Maputo, 22 de julho de 1996.

ARQUIVO DO ITAMARATY. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 1997a. **Telegrama Reservado n. 22** de Exteriores para Embaixada Brasil-Moçambique. Caixa 10. Brasília, 24 de janeiro de 1997.

ARQUIVO DO ITAMARATY. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 1997b. **Telegrama n. 442** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Maputo, 2 de outubro de 1997.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1998a. **Telegrama n. 716** Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 923 (42). Maputo, 18 de dezembro de 1998.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1998b. **Telegrama n. 362** de Embaixada em Maputo para Exteriores. 923 (20). Maputo, 23 de agosto de 1998.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1998c. **Telegrama n. 448** de Embaixada em Maputo para Exteriores. 923 (20). Maputo, 04 de

dezembro de 1998.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1998d. **Telegrama n. 510** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 29 (00). Maputo, 02 de outubro de 1998.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1999a. **Telegrama n. 780** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 42. Maputo, 15 de dezembro de 1999.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1999b. **Telegrama n. 289** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 30. Maputo, 28 de maio de 1999.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 1999c. **Telegrama n. 182** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 20. Maputo, 26 de abril de 1999.

ARQUIVO DO ITAMARATY. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 1999d. **Telegrama n. 764** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Maputo, 08 de dezembro de 1999.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2000a. **Telegrama n. 566** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 400.2. Maputo, 04 de julho de 2000.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2000b. **Telegrama n. 308** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 30. Maputo, de 09 de abril de 2000.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2001a. **Telegrama n. 281** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 10 (20). Maputo, de 12 de julho de 2001.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2003a. **Telegrama n. 213** da Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 744 (62). Maputo,

09 de julho de 2003.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2003b. **Telegrama n. 488** Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 744 (88). Maputo, 08 de agosto de 2003.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2003c. **Telegrama n. 148** da Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 744. Maputo, 10 de março de 2003.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2005a. **Telegrama n. 686** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 49. Maputo, 17 de agosto de 2005.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2005b. **Telegrama n.185** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 10. Maputo, 24 de fevereiro de 2005.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2005c. **Telegrama n. 216** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 40. Caixa 691.7. Maputo, 05 de março de 2005.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2006a. **Telegrama n. 801** de Embaixada em Maputo para Exteriores. (B46) (A30). Maputo, 15 de novembro de 2006.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2006b. **Telegrama n. 86** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 10.A. Maputo, 08 de fevereiro de 2006.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2006c. **Telegrama n. 552** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 40. Maputo, 17 de junho de 2006.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2006d. **Telegrama n. 256** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 30.1 Maputo, 04 de

abril de 2006.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2007a. **Telegrama n. 254** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Ofício (01) (73). Maputo, 14 de abril de 2007.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2007b. **Telegrama n. 481** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Ofício (30). Maputo, 06 de junho de 2007.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2007c. **Telegrama n. 801** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Ofício 40. Maputo, 12 de outubro de 2007.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2008a. **Telegrama n. 29** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 30 (00) Maputo, 14 de janeiro de 2008.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. Caixa 40 (00). 2008b. **Telegrama n. 425** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Maputo, setembro de 2008.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2008c. **Telegrama n. 515** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Caixa 40 (00). Maputo, 02 de setembro de 2008.

ARQUIVO DO ITAMARATY. EMBAIXADA EM MAPUTO. 2010. **Telegrama n.133** de Embaixada em Maputo para Exteriores. Ofício 20 (B1). Maputo, 07 de agosto de 2010.

BARRETO, F. M. **A política externa após a re-democratização**. Brasília: FUNAG, 2012.

BARRIOS DÍAZ, J. A. S. 2016. O Brasil e o acender das luzes das independências de Angola e Moçambique (1874-1975). **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, pp.149-171. Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2016.

BARRIOS DÍAZ, J. A. S. As relações internacionais da construção do Estado em Moçambique: pós-independência, guerra civil e transições políticas. **Carta Internacional**, v. 17, n. 2, pp.1-25, Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2022.

BARRIOS DÍAZ, J. A. S. **O lugar de Moçambique na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional**. Campos Neutrais, v.5, n.2, pp.56-75, 2023.

BRASIL. **Comunicado de Imprensa**. Ministério das Relações Exteriores. Gabinete do Ministro de Estado. Brasília, 1975a.

BRASIL. **Resenha de Política Externa do Ministério das Relações Exteriores**, 1975. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1975b.

BRASIL. **Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique**. Brasília: MRE, 1981.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA e AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: Ipea; ABC, 2010.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA e AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010**. Brasília: Ipea; ABC, 2013.

BRASIL. 2015. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA e AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011-2013**. Brasília: IPEA; ABC, 2016.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA e AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014-2016**. Brasília: IPEA; ABC, 2018.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dimensionamento de gastos das instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2017-2018**. Brasília: IPEA, 2020.

BRITO, L. et al. **Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012)**. 2015. Cadernos IESE. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/12/cap-1.pdf>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

CASTEL-BRANCO, C. N. et al. **Acumulação especulativa e sistema financeiro em Moçambique**. 2015. Disponível em: [https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE\\_Ideias74.pdf](https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias74.pdf). Acesso em: 27 de jun. de 2023.

CLASSEN, S. F.. **Ascensão e Queda do ProSAVANA: da Cooperação Triangular à Cooperação Bilateral Contra resistência**. 2019. Observador Rural, dez. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/337717678\\_Ascensao\\_e\\_Queda\\_do\\_ProSAVANA\\_da\\_Cooperacao\\_Triangular\\_a\\_Cooperacao\\_Bilateral\\_Contra-resistencia](https://www.researchgate.net/publication/337717678_Ascensao_e_Queda_do_ProSAVANA_da_Cooperacao_Triangular_a_Cooperacao_Bilateral_Contra-resistencia). Acesso em: 27 de jun. de 2023.

DÁVILA, J. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Fruto de parceria com a Fiocruz, instalação de fábrica de medicamentos em Moçambique é concluída**. 2021. Disponível em: <https://www.fiotec.fiocruz.br/noticias/projetos/7641-fruto-de-parceria-com-a-fiocruz-instalacao-de-fabrica-de-medicamentos-em-mocambique-e-concluida>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

MENESES, M. P. *et al.*. **Colonial Wars, Colonial Alliances: The Alcora Exercise in the Context of Southern Africa**. 2017. *Journal of Southern African Studies*, v. 43, n. 2, pp.397-410.

MILANI, C. *et al.* **Atlas da Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2015.

MILANI, C. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento**. Curitiba: Appris, 2018.

MONJANE, B. **Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Espaço Público em Moçambique: uma análise crítica**. 2016. *Cadernos CERU*, v. 27, n. 2, pp.144-156.

PEREIRA PINTO, P. A. **Percurso Diplomático Diferenciado pela África**. Porto Alegre: Age, 2021.

PERLIEZ, J. **Maputo Journal: In the Midst of the War, Art is Thriving**. 1992. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1992/10/24/world/maputo-journal-in-the-midst-of-war-art-is-thriving.html>. Acesso em: 10 de jul. de 2017.

ROCHA, A. **Tráfico de escravos, relações políticas e culturais. Uma contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e Brasil - século XIX**. 1991. *Revista Marítima Brasileira*, v. 111, n. 4/6, pp.264-305.

SANTOS, V. S. 2014. **Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul**. *Revista de Ciências Humanas*, v.14, n.2, pp.277-301.

ROSSI, A. **Moçambique, o Brasil é aqui**. São Paulo: Record, 2015.

SARAIVA, J. F. S. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília: EdUnB, 1997.

WOLOSKI, P. A. V. **O Novo Brasil e o Novo Moçambique: a busca dos parâmetros de uma parceria sustentável**. Instituto Rio Branco, MRE, Trigésimo Terceiro Curso de Altos Estudos (XXXIII CAE), 1997.

## NOTAS

<sup>1</sup>O Tratado de Amizade e Consulta foi o instrumento diplomático que deu forma às relações entre Brasil e Portugal. Foi negociado no governo de Getúlio Vargas em 1953, ratificado em 1954, pelo governo de Café Filho e regulamentado no governo de Juscelino Kubitschek em 1960, com o objetivo de harmonizar e articular os interesses colonialistas de Portugal e os interesses do Brasil.

<sup>2</sup>Tradução livre de *a little known but crucial white alliance in the subcontinent, code-named 'Exercise Alcora', which aimed to perpetuate the minority regimes in the region.*

<sup>3</sup>A Comissão Mista Brasil – Moçambique é um espaço para discutir cooperação bilateral, comércio e promover o encontro entre os chanceleres. Contudo, ficou paralisada por dezesseis anos, entre 1989 e 2005. Foi reativada pelo Ministro Celso Amorim e a Ministra Alcinda Abreu.

<sup>4</sup>Tradução livre de *"a crowded, stylish art opening where guests could have been forgiven for thinking they were at SoHo gallery in Manhattan".*

<sup>5</sup>Grupo dos oito países mais ricos do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia) e as cinco "potências emergentes" (África do Sul, Brasil, China, Índia e México).

<sup>6</sup>O corredor de Nacala faz parte de um conjunto de seis "corredores de desenvolvimento" de Moçambique, que visam facilitar o escoamento de mercadorias e conectar o interior ao litoral. O Corredor de Nacala liga Moçambique com Malauí e Zâmbia e tem uma área total de 56 mil quilômetros quadrados.

<sup>7</sup>A campanha Não ao ProSavana reuniu organizações e movimentos sociais moçambicanos em 2013 e iniciou com a publicação de carta aberta, entregues aos presidentes do Brasil e Moçambique, e ao primeiro-ministro do Japão, denunciando a violação de princípios e normas do projeto de cooperação do ProSavana. O principal objetivo do movimento era suspender as ações e projetos em curso do Programa nas savanas tropicais do Corredor de Nacala.

<sup>8</sup>O principal objetivo do movimento era suspender as ações e projetos em curso do Programa nas savanas tropicais do Corredor de Nacala.